

# A Constituinte que o Brasil pode ter

## Lustosa da Costa

Os debates, que ora se travam em torno da convocação da Assembleia Nacional Constituinte e que suscitam azedos ataques ao Presidente José Sarney e à classe política, se explicam, em parte, pelo desejo, a posterioridade, de negar o caráter pacífico da transição política brasileira lembremos, não voltamos à plenitude democrática, na marra. Não enfrentamos os canhões — como os etíopes ante o exército fascista de Benito Mussolini, a pedradas e, sim, através de bem comportada solução de compromisso.

Todo o mundo sabe que a transição foi negociada com os militares. E certo que eles estavam acuados, num lado pelo malogro da gestão administrativa e do outro, pela corrupção na administração pública, como jamais se vira nesse País. Mas ainda detinham a força. Essa é a realidade. Tanto assim que, através das exhibições de brutalidade do general Newton Cruz, coagiram o Congresso a rejeitar a emenda Dante de Oliveira. Impuseram a escolha do sucessor do general Figueiredo através da contrafacção do colégio eleitoral que haviam engendrado, — com a participação decisiva do general Ernesto Geisel e de seus aliados na área política que, posteriormente, se alistaram na Frente Liberal. Deu no que deu. Foram eleitos Tancredo Neves e José Sarney. O destino quis que a Presidência coubesse ao ex-presidente do PDS, partido instituído para sustentar o regime militar, — bem conforme a tradição brasileira.

Porque sempre foi assim. A Independência foi obra de um príncipe português, movido por recomendação expressa do pai que o advertira para «por na cabeça, a coroa, antes que algum aventureiro (povo e quejandos, esclarecemos nós) lançasse mão dela». A coisa foi tão clara que Pedro I voltou à Patria a fim de assumir o trono, já como Pedro IV, trono porque lutava o irmão, dom Miguel. Como herança, além da afilhada, deixou uma Constituição outorgada que durou até 1889.

A República foi proclamada, a contragosto por Deodoro da Fonseca depois de advertir que, por nada no mundo, ofenderia ou desrespeitaria. Sua Majestade Pedro II.

«Façamos a Revolução antes que o povo a faça» era o «Aqui d'El Rey» de Antonio Carlos ao «establishment». A chefia do movimento armado coube ao ex-líder e ex-ministro da Fazenda de Washington Luiz, Getúlio Vargas que, durante toda a campanha eleitoral, lhe repetiu juras de que acataria, bonitinho, o resultado das urnas. Não recorreria às armas para impugnar urnas que sabia, de antemão, fraudadas.

Depois de 15 anos, caiu Getúlio Vargas. O presidente eleito, por maioria absoluta, a quem coube reconstruir o regime democrático, foi exatamente o condestável do Estado Novo, o ex-ministro da Guerra da ditadura, o general Eurico Dutra.

Seria mais saudável que o País tivesse saído da ditadura, através da eleição direta e secreta, para a Assembleia Nacional Constituinte. Não foi, contudo, o que ocorreu. Livramos-nos da tutela castrense, através de penosas negociações, feitas por Tancredo Neves, eleito por um colégio eleitoral questionado porque composto de biônicos, nomeados por Geisel, parlamentares eleitos pela corrupção eleitoral e pela mutreta da vinculação total de votos porque, à época, era preciso dar vitória ao PDS, custasse o que custasse. E o que temos. Não o que quisemos. Por isso, é que querer uma Constituinte exclusiva, autônoma, com representantes «notáveis», sem a participação dos políticos seria talvez possível se o regime militar tivesse caído pela rebelião das massas, pela insurgência das ruas. Trata-se de um sonho dourado. Que não há de viabilizar, através de violências verbais contra o Congresso e o presidente José Sarney. Não há força de persuasão que leve o atual Congresso a resignar às suas faculdades, nem a classe política a se demitir de seus encargos.